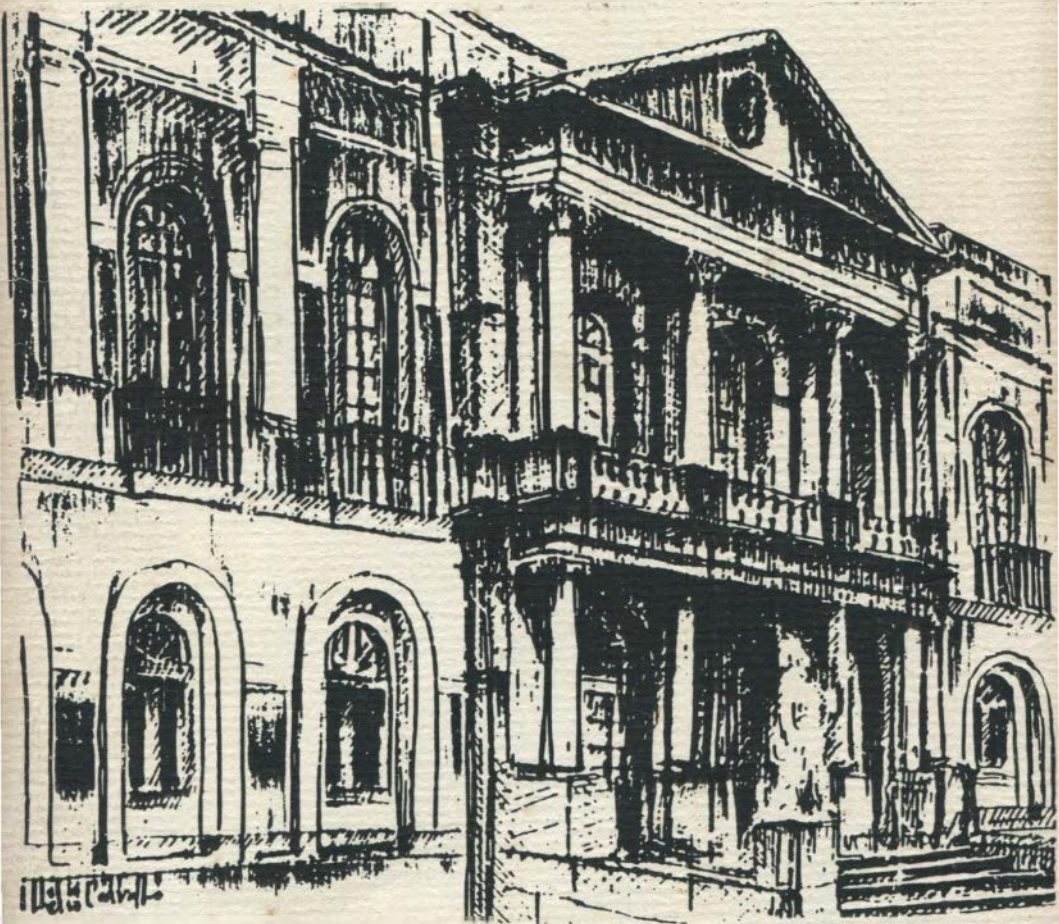


BOLETIM DE CONJUNTURA

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

VOLUME 9 Nº 2 MÊS outubro ANO 1989



Universidade Federal do Rio de Janeiro

EDITORIAL

ESTABILIZAÇÃO OU REMOÇÃO DE ESCOMBROS?

O Brasil não é o primeiro país latino-americano a se defrontar com uma conjuntura caracterizada pela alta inflação com risco iminente de ruptura hiperinflacionária, em meio a processos de transição política e de mudança de governo. Um quadro desta natureza - respeitadas as demais diferenças - foi recentemente enfrentado pela Bolívia e a Argentina, e está sendo experimentado pelo Perú. Além da similitude das circunstâncias, chama a atenção o fato de que este tipo de situação tem levado (Bolívia), parece estar levando (Argentina), ou aponta em direção a (Perú) guinadas neo-liberais, com minimização das dimensões e papéis do Estado e suposta (ou pelo menos desejada) reinserção na economia mundial. A analogia das circunstâncias e, sobretudo, a convergência das soluções convidam certamente à reflexão. Afinal, existe algum sentido em supor (vista a questão por um ângulo mais estreito) que o Brasil pode antever na reviravolta em curso na Argentina, a imagem do seu próprio futuro?

Se se pretende refletir sobre esta questão, o primeiro passo consiste em reconhecer que as economias podem adaptar-se à inflação, e, em particular, à alta inflação - o que, em contrapartida, atua no sentido de torná-la permanente. Tendo isto presente, e indo diretamente ao ponto, cabe reconhecer que a economia brasileira desenvolveu um sistema de instituições destinadas a permitir a convivência com a inflação excepcionalmente sofisticado. Já foi assinalado a este propósito, por exemplo, que na Argentina o prazo mínimo de retenção de títulos públicos permaneceu em sete dias e não chegaram a desenvolver-se, como no Brasil, instituições in-

cumbidas de "carregá-los" (refinanciando-os diariamente). A mais imediata consequência disto consiste na preservação, neste país, de um ambiente bastante acolhedor para a poupança financeira e a liquidez em geral, mesmo em meio a ritmos inverossímeis de inflação. Em tais circunstâncias a dolarização tende a ser minimizada (ou pelo menos retardada), e os empresários - não obstante convencidos de que tem pela frente uma inflação igual ou maior que a até então enfrentada - sabem que podem contar com condições não muito adversas à preservação de seu capital de giro. Chega-se assim a uma situação fortemente contrastante com o ocorrido em outras experiências. Na Argentina, ultrapassado o ritmo de 15% ao mês de inflação a incerteza torna-se "tão grande que o nível de produção diminui fortemente. Só se faz o imprescindível e ninguém pensa no futuro"...*. A economia brasileira, no entanto, atravessa neste momento, ou seja, decorridos mais de dois anos de uma inflação altíssima e instabilíssima, um surto de expansão (de cuja fragilidade ninguém duvida) que levou a maioria dos seus ramos industriais à plena capacidade, e o mercado de trabalho a atingir um estado de virtual pleno emprego.

Mas a adaptação da economia brasileira à inflação não se situa apenas no plano da (relativa) imunização dos agentes privados à corrosão inflacionária dos valores. É mesmo possível argumentar que o que mais singulariza a experiência brasileira é o esforço - só parcialmente exitoso - de preservação das receitas do setor público em meio ao vendaval inflacionário. Mais precisamente, em outras experiências, e a estas alturas inflacionárias (cerca de 4000% ao ano), a arrecadação tributária bem como as tarifas públicas já teriam virado pó. Caso em que estaríamos assistindo, não apenas a uma queda acentuada da governabilidade - já que a alta inflação, ao imobilizar a política econômica, completa o esvaziamento da capacidade de comando governamental da economia inerente aos finais de mandato - como também ao desmoronamento do próprio Estado.

A relativa imunidade assegurada às atividades privadas e a insuficiente mas ainda assim importante preservação do aparelho de estado têm como consequência o fato de que, caso, por hipótese, a

Inflação viesse a ser derrotada, o crescimento não apenas poderia ser retomado, como teria entre seus protagonistas, atores e setores que o lideravam antes que a inflação alta e instável tomasse conta da economia. Evidentemente, estamos aqui a grande distância do ocorrido tanto na Bolívia como na Argentina, onde a vitória sobre a inflação-caso se confirme-coloca estas nações numa espécie de marco zero, a partir do qual o crescimento será ou não redescoberto. Voltaremos mais adiante a esta questão.

Os programas de estabilização levados a efeito recentemente na América Latina, e tidos até o momento como razoavelmente exitosos - no que toca estritamente ao controle da inflação - têm se caracterizado pela simplicidade das medidas, e pelo ostensivo alinhamento com a ortodoxia. O que mais tem chamado a atenção nestas experiências não é porém o ajuste fiscal (onde prepondera a elevação brutal das tarifas públicas), a promessa de mudança das regras da política monetária, ou, muito menos, o congelamento, rejeitado pela retórica dominante, mas em maior ou menor medida sempre presente (quando mais não seja como instrumento de coordenação das decisões no dia D). O que sim lhes confere destaque ou mesmo certa dramaticidade são as chamadas reformas estruturais e a guinada política por elas anunciada. Assim, enquanto a Bolívia liquida o aparato de estado ligado ao setor mineiro - que nem os militares haviam logrado subjugar - o novo governo argentino pratica uma verdadeira defenestração do peronismo. Transita-se assim, de uma fase em que os governos nada podem (o caos em que sucumbiu a administração Siles Zuazo e o triste crepúsculo do governo Alfonsín), para uma fase em que se pode, ao que parece, impune, afrontar e derrubar as mais poderosas e enraizadas posições.

Chegados a este ponto podemos formular uma questão de grande importância. Em que medida a economia brasileira, caracterizada como todos sabem por ampla e diversificada estrutura industrial, bem como pelos traços (e contrastes) anteriormente ressaltados, tende (ou pode) ser submetida a programas similares aos que vêm sendo praticados em diferentes países latino-americanos?

A economia brasileira encontra-se mergulhada num processo inflacionário auto-alimentado, auto-acelerado, e turbulento. Esta situação tem que ser enfrentada com o mais absoluto empenho. Quando mais não seja - e omitindo aqui outras razões tradicionalmente invocadas para o combate à inflação - porque: o conjunto de instituições destinadas a aumentar a tolerância inflacionária, que nunca foi plenamente eficaz, vem dando patentes sinais de exaustão (o período de correção dos contratos já alcançou os limites ditados pela produção de índices, a política cambial, que até recentemente lograva manter estável a relação entre preços internos e externos, enfrenta crescentes dificuldades, etc); qualquer choque ou passo em falso da política econômica, na situação em que nos encontramos, levaria seguramente à hiperinflação; e, por fim, vai se tornando gritantemente necessário recuperar o nível de investimento, o que não pode ocorrer em meio a alta e instável inflação que tomou conta da economia. Por todas estas razões, não cabe dúvida, a situação em que nos encontramos tem muito em comum com a dos países que recentemente se lançaram num combate radical e supostamente definitivo a inflação. Como, além disto, aqui também o déficit público, independentemente do seu tamanho, não pode mais ser financiado sem que a inflação seja com isto intensa e flagrantemente realimentada, é lícito pensar que aqui também, o assalto final a inflação requer medidas contundentes, com realce àquelas de natureza fiscal e pára-fiscal. Ocorre no entanto que a esta dimensão estritamente anti-inflacionária, os programas experimentados por nossos vizinhos acrescentam, como vimos, uma outra dimensão, auto-concebida e anunciada como estrutural. E aqui residem grandes diferenças, que nos remetem de volta a questões já anteriormente referidas.

Sinteticamente, por trás do radicalismo das mudanças decretadas na Bolívia e na Argentina, por trás da onipotência de Paz e de Menem, encontra-se o surdo trabalho de destruição efetivado durante os anos de crise inflacionária aguda, em economias que, por razões que não caberia aqui evocar, já de algum tempo haviam perdido o rumo do crescimento. Neste sentido, a guinada anunciada nestes países consiste, em boa medida, numa remoção de entulho. Daí a baixa resistência à destruição de (antigas) fortalezas, a

sensação de marco zero, e a crise de identidade patentes nestes países.

À luz do que precede, percebe-se que o (próximo) governo brasileiro conta, para o assalto final à inflação a ser obrigatoriamente tentado (e mais concretamente para a busca de objetivos como a eliminação do déficit público), com recursos administrativos e financeiros de que não dispunham alguns dos que o precederam no combate à inflação. Numa palavra, o Estado está de pé, não sendo necessário, por exemplo, concentrar a política fiscal nuns poucos preços e tarifas (Bolívia) ou em tarifas e no câmbio (Argentina). Como, além disto, a economia privada ostenta vitalidade, não se poderá empreender aqui a política de terra arrasada empreendida por Paz e por Menem. Qualquer tentativa neste sentido enfrentará resistências (procedentes de atores coletivos vinculados às esferas privada e pública) que não mais subsistem naqueles países. Além disto, e pelas mesmas razões, vitorioso por hipótese o programa de estabilização, o país não se encontraria no limbo econômico anteriormente aludido. Vale dizer, o curso futuro do crescimento não teria de ser inventado a partir da decifração - por atores ainda não definidos - dos sinais de mercado. As empresas e os setores líderes de uma possível retomada, convém insistir, já estão aí. A bem dizer, no nosso caso, o crescimento teria sim que ser contido, para evitar que a expansão reponte demasiado cedo, ou com demasiado vigor.

O que acabamos de assinalar parece sugerir que há fatores que favorecem o êxito de um programa de estabilização no Brasil e que, paradoxalmente, estes mesmos fatores - a economia continua de pé e o retorno do crescimento encontra-se ao alcance das mãos - tornam a estabilização mais difícil. Registrado o paradoxo, convém lembrar que, se chegarmos à hiperinflação, o cinturão de instituições responsáveis pela tolerância inflacionária deixará de ter qualquer eficácia - com o que a economia e, em particular, o Estado, seriam finalmente expostos à destruição. Neste caso, juntamente com a economia e o Estado, também seriam desgastadas as resistências a um ulterior programa, caminhando-se desta maneira em direção ao marco zero com que se defrontam, presentemente, os po-

licy-makers da Bolívia e da Argentina. Quanto a proceder, como querem alguns, como se já fôssemos terra arrasada, significa ignorar tanto a complexidade quanto o potencial da economia brasileira. Neste país ainda é possível construir o futuro a partir do presente, tendo o crescimento como lubrificante das mudanças.

*Juan Carlos de Pablo Escritos Seleccionados 1981-1988. Ediciones Macchi, Buenos Aires, 1989, pg. 151.

IMPRESSO NO IEI

Av. Pasteur, 250 – C.P. 56028

CEP 22.290 – Rio de Janeiro – Tel.: 295-4295

TELEX - 2121490 UFRJ BR.
